

# Formação da paz e infraestruturas locais para a paz\*

## *Peace formation and local infrastructures for peace*

Oliver P. Richmond<sup>1</sup>

### Resumo

A interação de processos de formação do Estado, construção estatal e construção da paz liberal e práticas localizadas de realização da paz – ou o que pode ser chamado de formação da paz – oferecem o prospecto de formas de paz que podem ser legítimas tanto local quanto internacionalmente. Formas híbridas de paz influenciadas pelos padrões locais de política, baseadas no contexto social, cultural e histórico, normas, identidades e recursos materiais, assim como as normas internacionais, sem mencionar o poder, podem representar uma caracterização mais apurada dos resultados dos processos de paz pelo mundo. Este artigo examina as bases teóricas e empíricas para tal argumento a partir da perspectiva dos processos locais de formação da paz e estruturas de paz emergentes.

**Palavras chave:** Formação da paz. Infraestrutura da paz. Processos de Paz. Construção da Paz. Construção do Estado.

### Abstract

The interaction of processes of state formation, liberal peacebuilding and statebuilding and localised practices of peacemaking - or what might be called peace formation - offer the prospect of forms of peace that may be both locally and internationally legitimate. Hybrid forms of peace influenced by local patterns of politics, based on contextual social, cultural and historical, norms, identities, and material resources, as well as on international norms, not to mention power, may represent a more accurate characterisation of the results of peace processes worldwide. This article examines the theoretical and empirical basis for this argument from the perspective of local processes of peace formation and emerging peace infrastructures.

**Keywords:** Peace formation. Peace infrastructures. Peace processes. Peacebuilding. Statebuilding

\* Recebido em 17/05/2013.

Aprovado em 12/08/2013.

Este artigo foi recebido em inglês e traduzido para o português pela equipe da Revista *Universitas: Relações Internacionais*, com revisão de tradução de Fernando José Ludwig, atualmente na University of San Diego e Ramon Blanco, Universidade de Coimbra

<sup>1</sup> Oliver Richmond é Professor Pesquisador no Instituto de Pesquisa Humanitário e de Conflito e no Departamento de Política da Universidade de Manchester, Reino Unido. Ele também é Professor Internacional na Escola de Estudos Internacionais da Universidade Kyung Hee, Coreia. Suas publicações incluem *A Post Liberal Peace* (Routledge, 2011), *Liberal Peace Transitions*, (com Jason Franks, Edinburgh University Press, 2009), *Peace in IR* (Routledge, 2008, 2012), e *The Transformation of Peace* (Palgrave, 2005/7). Ele é o editor da série de livros Palgrave, *Rethinking Conflict Studies*, e co-editor da revista *Peacebuilding*. Email: oliver.richmond@manchester.ac.uk. Agradecimentos aos comentários de Victoria Fontan, Roger Mac Ginty e Birte Vogel.

## 1 Introdução

A interação de processos da formação do Estado, construção estatal e construção da paz liberal e práticas localizadas de realização da paz – ou o que pode ser chamado de formação da paz – oferecem o prospecto de formas de paz que podem ser legítimas tanto local quanto internacionalmente. É claro, qualquer resultado deve ser visto sob a luz do poder estrutural internacional, a governamentalidade associada à comunidade internacional, e a natureza da economia global, assim como no modo como o sistema estatal em si reflete o histórico domínio ocidental. Qualquer debate desse tipo inevitavelmente deve lidar com as dinâmicas de poder que existem entre os níveis local, estatal e internacional de análise e dos quais podem obstruir ou promover a paz. Agência subalterna local, poder estatal estrutural e governamentalidade internacional interagem na produção da paz (SPIVAK, 1988; FOUCAULT 1991; STRANGE, 1988). Em outras palavras, processos de paz determinados localmente formam-se nas sombras da estrutura e poder internacional e estatal. Esses são processos políticos e modos agonísticos de engajamento entre diferentes interesses, identidades e níveis de agência.

Não obstante, apesar de ser comum rejeitar os processos de formação da paz porque a agência subalterna que eles refletem não é vista como significativa na política global, ou mesmo no nível estatal, a recente história de intervenção, construção da paz, construção do Estado e desenvolvimento sugerem o contrário. É argumentado frequentemente que a aceitação da formação de paz híbrida envolve um compromisso quanto às normas liberais (sugerindo que elas são a mais alta forma de desenvolvimento político) é “relativista” como oposta ao pluralismo, e uma rejeição de valores universais é oposta a múltiplos valores e formas políticas. Também é frequentemente sugerido que o que faz a paz ser visível em qualquer contexto social é seu contorno ‘liberal’, como se as sociedades não tivessem preservado por muito tempo os seus próprios processos de realização da paz, onde quer que se localizem no mundo. Em outras palavras, há grande oposição quanto à ideia de que diferença e paz possam ser expressas através dos mesmos conjuntos de práticas e processos, que a paz também depende de legitimação local e que fórmulas liberais de construção da paz ou neoliberais de construção do Estado possam ser legitimamente desafiadas pelas preferências locais e suas expressões políticas.

Ainda assim, dinâmicas locais e interligadas de paz são o que tornam o Estado viável e legítimo. O que é muito interessante sobre a agência local da paz é que, independente da hegemonia, interesses globais e do enquadramento capitalista no qual os Estados emergentes existem, tais práticas locais de paz são muito difundidas e efetivas em certos aspectos. Estes incluem mitigação econômica, a provisão de serviços públicos básicos, alguma tomada de decisão, mediação, negociação, pacificação e reconciliação. Tais são comumente mais significativos do que esforços internacionais e, certamente, mais ainda do que os esforços dos Estados que os acolhem. Ainda assim, tais processos são marginais mesmo dentro do seu próprio Estado.

A formação da paz oferece uma forma de legitimidade que o Estado e a esfera internacional não podem descartar. Apesar das ressalvas fornecidas pela hegemonia, legitimidade e paz não simplesmente refletem o poder – estrutural ou governamental. A maioria dos casos de construção da paz e construção de Estados – desde o Camboja no começo da década de 90, até o Kosovo, o Timor Leste no final dos anos 90, e o Afeganistão no novo milênio – podem ser lidas como exemplos onde as preferências e instituições locais, sejam sociais, históricas, identitárias, religiosas, políticas ou econômicas, têm sido ignoradas. Consequentemente, os internacionais têm falhado em construir formas de entidades políticas legítimas localmente apesar do seu poder e hegemonia.

Após os recentes debates sobre ‘resistência’ (com base na obra de James Scott) à construção da paz liberal (RICHMOND, 2009, 2010), é agora necessário voltar-se a como a agência local mobiliza-se para a paz em seus próprios termos, tenta criar instituições pacíficas, influenciar o governo, e também como se conectar com atores internacionais e seus modelos para a paz. Como poderá a legitimidade local ser construída, autonomia e identidade preservadas (mesmo que de forma limitada), especialmente dada as semelhanças entre a arquitetura da paz liberal e o enquadramento neoliberal do Estado e antigos modelos de governação colonial?

Práticas localizadas de formação da paz são complexas, mas expressões incessantemente visíveis de agência crítica miraram no término de ciclos de formação do Estado, e desigualdades relacionadas, frequentemente onde processos de paz mais formais as incorporaram. Dentro de um enquadramento de não-violência essas

práticas são comumente alusivas a extremistas locais e ao uso de violência. Elas também desafiam as governamentalidades associadas com a construção liberal da paz e construção neoliberal do Estado (RICHMOND, 2013). Isto tem sido amplamente notado na literatura acadêmica (AZAR, 1990; BURTON; AZAR, 1990; CHAMBERS, 1983; CURLE, 1971; KELMAN, 1972; LEDERACH, 1998) e política (BANCO MUNDIAL, 1997; OECD-DAC, 2007; RELATÓRIO GERAL DO SECRETÁRIO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009a) sobre conflito, paz, desenvolvimento e o Estado, como uma resposta lógica ao experimento da paz liberal e construção do Estado dos últimos 20 anos. Isto também se reflete nos repetidos apelos por mais participação da sociedade civil (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2012) e mais ‘apropriação local’ (PAFFENHOLZ; SPURK, 2006; SHINODA, 2008) por atores internacionais como as Nações Unidas, o Banco Mundial, o FMI e uma variedade de doadores e beneficiários locais. Isso representa uma síntese de abordagens de gestão, resolução, transformação dos conflitos e construção da paz, mas isso também transcende tais tipologias. Formas híbridas de paz são influenciadas pelos padrões locais de política. Elas são parcialmente baseadas no contexto social, cultural e histórico, normas, identidades e recursos materiais, assim como em normas internacionais, sem mencionar o poder. Isso pode, portanto, ser uma caracterização mais acurada dos processos de paz pelo mundo (MAC GINTY, 2008; RICHMOND, 2011). Isto se baseia em uma preocupação de longa data que Lederach (1995) e muitos outros identificaram, incorporando atores locais e da base nos processos de paz de modo a diminuir sua dependência de negociações de alto nível.

Este artigo examina as bases teóricas e empíricas para tal argumento partindo da perspectiva dos processos locais de formação da paz (em contraste às forças locais de violência), tanto formal quanto informal. Esses processos locais são entendidos no contexto do sentido indicado pelo trabalho de Massey e Appadurai (APPADURAI, 1996, p.178; MASSEY, 1994; RICHMOND, 2011). O termo “local” se refere à ‘infrapolítica de construção da paz’: fragmentadas, geralmente agências disfarçadas e localizadas e capacidades em uma organização política que vai além do usual artifice das elites liberalmente projetadas e da sociedade civil (que também são dilaceradas por competições internas por financiamento e influência). Normalmente envolve redes transversais e transnacio-

nais, que quebram os binários local-internacional e ainda retêm um pouco das tensões políticas dentro da construção da paz.

Muito se sabe sobre o funcionamento dos processos de paz em nível estatal assim como da arquitetura da construção liberal da paz que tem sido desenvolvida em nível internacional. Muito do trabalho sobre processos locais de construção da paz tomam uma perspectiva internacional que envolve a agência local seguindo prescrições internacionais. Muito menos é sabido relativamente às dinâmicas, instituições, processos e agências locais envolvidos em formar a paz localmente. Pouco é sabido sobre como a agência local apropria-se das prescrições internacionais. Ainda assim, as características da ‘formação da paz’ são comuns a todos os locais pós-conflito. Os fenômenos relacionados de ‘infraestruturas locais para a paz’ formais e informais (KUMAR, 2011), onde o Estado frequentemente torna-se um veículo para a agência para formação da paz local, são um indicativo disso. Van Tongeren (2011) argumenta que há pelo menos 12 países em situação de pós-conflito, do Afeganistão ao Quênia ou Nepal, onde comitês de paz locais, formais ou informais, e outros enquadramentos institucionais têm sido atraídos pelo Estado<sup>2</sup>. Muito mais são mencionados, direta ou indiretamente, na literatura e documentação política. Isto tem frequentemente ocorrido com suporte internacional – talvez na forma de um ministro da paz oficial, outra instituição, e através do processo de paz, então moldando a paz e o Estado emergentes.

Este artigo afirma que o que está emergindo não é nem uma forma estritamente liberal tampouco uma forma local de paz, mas sim um complexo conjunto – de associações relacionadas, ainda que separadas, atores e redes – formadas através da contestação política envolvendo uma série de atores locais e internacionais (LATOURE, 2007; BOULDING, 2000; BOULDING, 1978). Alguns processos de formação da paz produziram infraestruturas escondidas baseadas em redes emergentes ou já existentes que trabalham em paralelo com o Estado, enquanto outros produzem estruturas visíveis e formais dentro do enquadramento estatal. Alguns dependem da agência

<sup>2</sup> Para uma análise e lista deste e outros exemplos, ver a obra de Paul Van Tongeren Overview on Infrastructures for Peace, 2011, em <[www.parliamentariansforconflictprevention.net](http://www.parliamentariansforconflictprevention.net)>. Em uma entrevista pessoal, ele mencionou pelo menos 30 casos. Entrevista Pessoal, Junho, 2012.

local, desenhando processos sócio-políticos e históricos, enquanto outros dependem de doadores internacionais. Isso desafia as noções tradicionais sobre o poder das elites, dos atores internacionais, do Estado ou dos agentes sociais, assim como dos enquadramentos normativos que a paz requer. Isto desafia também a sabedoria convencional relativamente à necessidade de mobilização pública *en masse* em espaços instituições ou formatos, formais. Se um processo de paz pretende ser alargado então é preciso ter um alcance além de tais limitações. Tais exemplos isolados de formação da paz fornecem um entendimento maior de como as instituições, as leis, a economia e a esfera internacional podem refletir a paz ao invés do poder.

## 2 Formas híbridas de paz e formação da paz local

A identificação de formas híbridas de paz implica que uma forma emancipatória pode eventualmente surgir, refletindo os interesses, identidades e necessidades de todos os atores, estatais e não-estatais. Apesar das relações de poder assimétricas entre o internacional e o local – uma condição binária crua, no entanto, ainda assim útil – essencialmente por representar uma mistura dos agentes e legitimações locais e internacionais. Evidentemente, a legitimidade local reflete os padrões sociais de identidade, história e cultura, enquanto a legitimidade internacional segue a lei internacional. Formas híbridas de legitimidade são necessárias, portanto, balanceando as formas locais e internacionais. Isto teria como objetivo uma acomodação mútua e justice social (BOEGE, 2009), relativamente aos direitos humanos e à democracia. Uma paz do dia-a-dia, estatal e internacional é o seu objetivo. Este entendimento sobre as condições da paz abrange muito do trabalho teórico que tem sido produzido sobre o assunto, mesmo em alguns trabalhos das correntes mais ortodoxas de teoria política ou relações internacionais que lidam com o conceito de paz (BOULDING, 2000; BOULDING, 1978).

Formas híbridas de paz estão emergindo em locais inesperados. Na Somália, apesar da natureza colapsada do Estado, comunidades locais se organizaram para manter uma aparência de estabilidade e ordem (JOHNSON, 2010). No Camboja uma vibrante sociedade civil, particularmente na esfera dos direitos humanos, tem mantido pressão sobre o governo visto que uma democracia relativamente autoritária surgiu desde a missão de manutenção

da paz do início dos anos 90 (SIDA, 2003). Na Bósnia e Herzegovina, as condições de um Estado fraco tem sido aliviadas tanto pelo apoio internacional quanto pelas tentativas das comunidades locais em atenuar a situação. No Timor-Leste, assim como em Serra Leoa, Gana, Quênia, Nepal, Libéria, Moçambique, Guatemala, nas Ilhas Salomão entre outros, a cooperação local e internacional têm produzido uma versão especificamente contextualizada de paz, em variados graus incorporando práticas tradicionais através de atores locais da paz e organizações para o Estado moderno (RICHMOND; FRANKS, 2009). Provavelmente de modo muito controverso, a tentativa de desenvolver uma paz liberal no Afeganistão pode necessitar todo tipo de complicados acordos com os grupos tribais e suas práticas históricas, incluindo o Talibã e vários senhores da guerra, o que certamente envolveria uma reforma significativa em nome deles (TADJBAKSHI, 2011). Se isto pode ou não ser chamado de ‘paz’ está aberto a debate, mas certamente pode representar um processo político ao invés de violento rumo a uma forma híbrida. Em geral, estes casos podem representar um movimento lento e, frequentemente, árduo para além da paz liberal rumo ao que pode ser chamado de uma paz pós-liberal<sup>3</sup>, onde normas e instituições internacionais interagem com organizações políticas diferentes, contextualizadas e localizadas.

Encontrar métodos de acomodação para a legitimidade política, normas e instituições locais capitalizaria o cerne da agenda original da resolução de conflitos e construção da paz, abordando necessidades e causas profundas, conectando o novo Estado ou organização política com o antigo, localizado e reconhecidamente legítimo, e tradições contextuais, habituais, políticas, sociais e econômicas, engajando-se com membros da base e com os membros mais marginalizados de regimes pós-conflitos.

Seguindo esse raciocínio, o relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas de 2009 sobre “*Peacebuilding in the Immediate Aftermath of Conflict*” indica que a apropriação nacional e a especificidade contextual são necessárias para a construção da paz. Segurança básica, o Estado de Direito, processos e instituições políticas, serviços básicos incluindo saúde e educação, funções cen-

<sup>3</sup> Para uma discussão detalhada deste conceito, ver Richmond, “Eirenism and a Post-Liberal Peace”, *Review of International Studies*, v. 35, n. 3, 2009 ou Richmond, *A Post-Liberal Peace*, Routledge 2011.

trais do governo, emprego e meios de vida são parte desta nova fase da construção da paz. A geração de emprego e revitalização econômica logo nos primeiros momentos também são consideradas necessárias assim como redes de segurança de transição como formas de distribuição dos dividendos da paz. Tentativas adicionais para refinar as políticas e seus instrumentos têm acontecido, notavelmente o Relatório de Desenvolvimento do Banco Mundial de 2011, que fala sobre um ‘pacto social, o Acordo de Parceria de Busan sobre cooperação para o desenvolvimento e sobre um “Novo Acordo para o Engajamento em Estados Fragilizados”, e o recente relatório do PNUD ligando governança, construção da paz e o estabelecimento de um contrato social. Esses documentos têm começado a mostrar uma adaptação na formulação de políticas. Eles mencionam a necessidade de legitimidade apesar de ser incerto se isso deve ser entendido enquanto sendo geral, local ou internacional, a segurança das pessoas, justiça (mas não a justiça social), desenvolvimento econômico e ‘serviços justos’ de um modo geral. Eles proclamam, em certa medida, pelo menos o retorno da ‘sociedade civil’, depois de um foco de dez anos na construção do Estado e de suas preferências por segurança e Estados neoliberais. Essas políticas denotam um Estado mais socialmente orientado e uma paz mais contextualizada, em que a apropriação local é necessária para uma legitimidade de baixo para cima. Uma sociedade civil global transnacional tem sido instrumental em forçar este ‘novo acordo’. Não é por acidente, portanto, que os atores internacionais e das Nações Unidas voltaram suas atenções para o potencial de conselhos e agências locais de paz, formais e informais (RELATÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL, 2009).

Uma questão fundamental levantada por esses desenvolvimentos é se as formas de legitimidade e normas locais de paz podem se igualar ou se conectar às formas internacionais. Podem elas escapar de serem instrumentalizadas por seus diagramas e racionalizações tecnocratas? Além disso, pode o entendimento internacional de um regime liberal de direitos humanos (parte da essencial paz civil e crucial para um contrato social liberal) se reconciliar com as práticas locais, tradicionais ou religiosas em diversas localidades pelo mundo? Se esse processo implica na emergência de um tipo de paz mais emancipatória e do dia-a-dia (RICHMOND, 2009), como atores externos poderiam ajudar o seu desenvolvimento e prevenir que isso se torne apenas em mais autoritarismo e opressão?

Antes que tais assuntos possam ser explorados, é necessário desenvolver a capacidade metodológica para ser capaz de engajar-se com os diferentes enquadramentos epistêmicos que as formas locais de realização da paz exigem. Tal processo está em andamento. Isso envolve conhecer agências locais, tradicionais, e sociais, instituições e processos sem marginalizar suas importâncias ou diferenças. Também envolve colocar as qualidades necessárias para uma paz local em primeiro lugar ao invés de deixá-las em segundo plano com relação ao Estado e ao sistema internacional (como normalmente o pensamento mais ortodoxo das RI faz, mesmo em suas interações liberal e crítica) (BRIGGS; SHARP, 2004; POULIGNY, 2006; BOEGE et al, 2008; CHAMBERS, 1983; KEMP; FRY, 2004; SMITH, 1999; BRIGG, 2008). A arquitetura internacional de paz que emergiu durante o século XX é bastante sofisticada, mas ainda carece de um entendimento (e, geralmente, empatia) com as dinâmicas políticas contextuais.

Formas híbridas de paz são um ponto de partida intelectual em termos do alcance, contingente e por vezes confuso, de disposições incluídas em qualquer acordo de paz local, estatal ou internacional e enquadramento institucional. Isso pode ser visto na variedade de disposições pelo mundo, onde o Estado liberal e a política local se combinaram para moldar a natureza da organização política em diferentes formas. Para ir mais a fundo que isso, é necessário escavar os processos de formação da paz em contextos locais. Eles precisam ser considerados como distintos apesar de relacionados à formação do Estado, construção do Estado e sistemas de paz liberais.

A formação da paz é uma imagem espelhada da formação do Estado: atores locais e suas conexões, com seu profundo conhecimento contextual do processo de formação do Estado, buscam moldar um processo de paz e um Estado que mantenha a ordem. Isso é oposto aos processos de formação do Estado em que interesses, guerra e criminalidade fazem o Estado (TILLY, 1975, 1985; RICHMOND, 2013). Compreender isso envolve investigar como as organizações locais, formais e informais, buscam mitigar a violência explícita e estrutural, seja às vistas de todos ou em espaços escondidos de algumas formas de agência social.

Colaboração e cooperação têm sido um fator chave de motivação para a formação da sociedade e organizações políticas através da história humana em vilas, comu-

nidades, cidades, Estados e organizações internacionais (TILLY, 2007, p. 74). Redes de confiança, sociedade civil e movimentos sociais confrontam questões de desigualdade em políticas que interferem com a paz e a ordem. Tais agências locais têm se engajado historicamente com as dinâmicas de descolonização, democratização, igualdade racial e econômica, direitos dos trabalhadores, sustentabilidade ambiental, igualdade de gêneros, identidade, religião e indigenismo, bem como desarmamento. Eles oferecem “ricas teias de contatos” (ROBERTS; ASH, 2009, p. 1) que relacionam-se com o poder, a violência, a violência estrutural e as instituições predatórias, e são muitas vezes motivos subjacentes para tais dinâmicas e em oposição quanto a injustiças e desigualdades enraizadas. Tornou-se claro, mesmo em casos extremos de ocupação na Palestina, que a capacidade de auto-organização para oferecer serviços públicos onde o Estado é não-existente ou incapaz é uma ocorrência comum (DEVELOPMENT STUDIES PROGRAMME, 2004, p. 8). Em outras palavras, geralmente a sociedade deseja ser pacífica, orientar seus enquadramentos político, social e econômico nesta direção, e produzir os meios institucionais para tal. Onde o desequilíbrio cresce, desenvolve-se o conflito, e processos sociais formam-se de modo a responder com reforma e para contra-atacar quem prefere manter as desigualdades.

A formação da paz pode basear-se em capacidades de sustento local, muito aperfeiçoadas em resposta ao conflito e à opressão, local ou regional. Pode basear-se em conexões sociais, familiares, tradicionais e familiares, muitos tipos diferentes de associações, uniões, instituições de caridade, atores de desenvolvimento, doadores, organizações culturais ou em diásporas, conexões de comércio regionais, ou mais formalmente no apoio internacional para a sociedade civil, organizações locais e ONGs. Organizações religiosas, conselhos de aldeias, conselhos de paz, empreendedores, comitês temáticos e grupos de auto-ajuda, cobrindo uma variedade de questões, desde a segurança, educação, saúde, comércio, lei e ordem, viagem, cerimônias sociais, estão envolvidas. Isto confunde as linhas entre formal e informal, Estado, habitual e tradicional, assim como entre uma ‘vida crua’, ‘contentar-se’ e o almejar por uma ‘boa vida’.

Este profundo tecido de agência em contextos locais, mesmo que fortemente perturbado por conflitos, também tende a ter pré-existido a maioria das instituições estatais e intervenções de nível internacional. De fato, o

conflito e diversas intervenções que ocorrem durante o processo de paz podem também estimular inovação e novos projetos políticos e sociais. Isto não é para avançar o argumento fácil de que conflito pode ser positivo, mas para mostrar o quão versátil tal agência é, independentemente da incrível tensão e perturbação. Isso tem uma capacidade organizacional e redistributiva informal, pode se engajar com questões políticas, econômicas, sociais, de serviço e de segurança, e o faz de um modo que é bastante consciente das dinâmicas de conflito às quais responde. A Figura 1 busca capturar as dinâmicas de formação da paz.

A formação da paz representa relacionamentos e processos em rede onde agentes de paz locais e nativos, em uma série de arranjos, encontram formas de estabelecer os processos de paz e dinâmicas sustentáveis de paz. Normalmente, grupos de mulheres estão na liderança, desde a Libéria até Bangladesh e Brasil. É comum ser voltada ao oferecimento do que pode ser chamado de serviços públicos – saúde, educação e necessidades básicas – em um cenário do dia-a-dia. A paz é feita de forma localizada nesse enquadramento, possivelmente individualmente em espaços escondidos e públicos através de uma ampla variedade de atividades do dia-a-dia, mas podem ser apoiadas internacionalmente. Até poderia se dizer que coloca a sociedade, a vila, comunidade e cidade no centro da paz ao invés do Estado, segurança e os mercados.

Também se utiliza, agora, das novas formas de mídia e comunicação, sem mencionar transporte e conexões de comércio, conexões não-oficiais através de movimentos sociais acadêmicos ou globais ou ONGs internacionais. É sempre pacífica, inteligente e consciente de uma complexa variedade de restrições. É geralmente experimental, operando nas áreas cinzentas dos principais movimentos sociais ou políticos, e aberta ao desenvolvimento e aprendizado. Normalmente esses tipos de agências oferecem uma direção para os atores internacionais seguirem ou engajarem-se, se pelo menos eles estivessem conscientes de sua importância. Sem apoio externo, o que a agência local pode atingir em termos de formação da paz pode também ser muito limitado. Igualmente, sem uma agência local de formação da paz, a agência internacional será ineficaz em promover a mudança ou transformação. Ainda assim, a formação da paz interessa-se, normalmente, no enquadramento liberal da paz: segurança, direitos, necessidades, estabilidade, ordem, serviços públicos e uma governança sustentável. Entretanto, também

está altamente imbuído com uma consciência contextual e sócio-histórica. Esta complexa forma de agência algo, apesar de limitado, impacto sobre formas brutas de poder. Claramente, a população do Estado, suas preferências políticas, redes e sistemas sociais, e panorama histórico, é crucial para a construção de uma paz que possa ser politicamente estável, representativa, observadora de direitos, e por isso legítima. As dinâmicas de formação da paz moldam os processos locais de acomodação, a natureza do Estado, e em certo grau o formato futuro do próprio sistema internacional.

Houve pistas disto nos primeiros enquadramentos de construção da paz, que também estavam conectados à ideia de cultura da paz mais profunda. Em El Salvador, a UNESCO apoiou programa ‘Estabelecendo um Cultura da Paz’, reconhecendo, em 1992, que o desenvolvimento humano, redução da pobreza e abordando as causas mais profundas significava engajar-se com a paz enquanto um espaço cultural. Pelo ano de 1995, programas estavam sendo encaminhados em Moçambique, Burundi, nas Filipinas, entre outros lugares, que, esperava-se, ligariam a paz com valores sociais, suposições, estruturas e perspectivas históricas (LACAYO PARAJON; LOURENCO; ADAMS, 1996). Isto deveria ser tanto moderno quanto tradicional, e foi vislumbrado nos termos das experiências do dia-a-dia, apesar de eventualmente se tornar parte da cultura nacional. Tinha como objetivo o respeito pela diferença, solidariedade e justiça social em geral, assim como o estabelecimento de uma ampla variedade de espaços e locais para o diálogo nos quais os direitos, a representação e a justiça estivessem incorporados. Isto eventualmente se amalgamaria em instituições e em uma forma de organização política que poderiam não se conformar com o que os atores estatais internacionais ‘modernos’ comumente imaginam como o melhor.

Recentes tentativas das Nações Unidas e de doadores em se engajar no apoio às infraestruturas locais pela paz representam uma virada rumo às abordagens de formação da paz e sua legitimidade inerentemente contextual. A criação de um sistema paralelo de legitimidade local e internacional para qualquer forma de organização política que emerge da violência por meio de um processo de paz oferece vantagens significativas para o sistema anterior ‘mono-cultural’ de paz liberal, que tendia a ser considerado hegemônico, neo-colonial ou, no mínimo, homogeneizante e centrado no Norte por aqueles que o

recebe em áreas pós-conflito pelo mundo, desde Kosovo até Cabul. Também é considerado como mal coordenado e ineficiente por muitos de seus proponentes. Uma convergência com as dinâmicas da formação da paz em contextos locais ajudaria a responder ambos os problemas.

A mudança do projeto de paz liberal para entendimentos pós-coloniais de agência subalterna e híbrida, e então de volta para agências transversais de formação da paz, representa um significativo passo adiante em termos intelectuais para relações internacionais assim como para a paz e a teoria dos conflitos. Talvez, de modo surpreendente, esse desenvolvimento reflète também uma virada recente em algumas das principais instituições internacionais envolvidas com a construção da paz, a construção do Estado e desenvolvimento. Talvez isso represente o que Fontan (2012) chamou de ‘a descolonização da paz’.

### 3 Alguns exemplos de formação da paz

Esse entendimento internacional tardio do potencial da formação da paz (embora há muito notado por estudiosos da paz e dos conflitos) em um sentido mais contextual tem estado presente em locais pós-conflito, onde indivíduos e grupos têm se juntado para trazer a paz para eles mesmos. Eles têm agido em prol do que está em risco para eles em termos de identidade, desigualdade e a natureza do Estado, pois eles consideram os processos internacionais como inadequados, ineficazes ou distantes e normalmente em uma escala pequena mas efetiva e amplamente replicada.

Por exemplo, nos anos 90, oficinas de resolução de conflitos eram ministradas no Chipre, principalmente por acadêmicos americanos ou europeus, e proporcionavam uma importante plataforma para o desenvolvimento da reconciliação social. Ainda assim eles eram entendidos localmente como sendo paternalistas e indicavam uma falta de compreensão e sensibilidade internacional sobre o conflito. Nesses encontros, pessoas interessadas na paz podiam se encontrar além da linha que dividia os cipriotas gregos e turcos desde 1974, ou mesmo antes. Eles valorizavam o contato com seus ‘inimigos’ e a habilidade para debaterem, mas também sentiam que as oficinas encobriam as dificuldades no que tocava questões políticas e judiciárias (BROOME, 2007). Por outro lado, os acadêmicos que geriam as oficinas ficavam frequentemente frustrados pelo que viam como as tendências dos

parceiros locais em não se engajarem da forma como eles queriam, e ainda assim parecerem ser dependente deles para qualquer contato com o outro lado.

Não obstante todos esses problemas, participantes locais foram capazes de usar esses processos para a construção de uma constituinte da paz que não necessariamente direcionava a um acordo, mas sim para que o potencial de uma mínima coexistência pacífica surgisse. Eles possibilitavam aos participantes locais construir contatos e redes ou relacionamentos que transcendiam o conflito, apesar de não completamente da forma que os diretores das oficinas esperavam. É notável que nas mais recentes tentativas formais para desenvolver um processo de paz até mesmo os dois governos e líderes políticos da ilha têm reconhecido o significado de tais movimentos civis. De forma sofisticada, os participantes têm renegociado formas exclusivamente locais de identidade assim como as prescrições de doadores externos. Eles aproveitaram também a oportunidade para trabalhar em uma reforma social e política mais ampla (HADJIPAVLOU, 2010). Eles fizeram uso de práticas históricas ocultas de pluralismo (CONSTANTINO, 2007) e de uma variedade de redes locais e internacionais para formar um processo de paz híbrido que, provavelmente, é mais digno do nome 'processo de paz' do que muitas conversas de alto nível já feitas. Formou-se um conjunto complexo que une uma variedade de divisões e fronteiras étnicas, nacionais e internacionais. Esse processo tem se oposto às elites políticas e tem questionado a natureza do Estado que estavam negociando.

Diversas sociedades civil em cenários pós-conflito são normalmente descritas como fracas ou ausentes, dependentes de instáveis fundos e prioridades dos doadores e conduzidas por suas políticas, como tem sido argumentado recentemente sobre os casos da Namíbia e Moçambique (UNDP, 2008; NANGOLOH, 2010). Como no Chipre e muitas outras localidades, essas caracterizações internacionais de certo modo infantilizadoras das dinâmicas de paz local e social são prevalentes. Mas organizações locais continuam a se engajarem com direitos humanos, desenvolvimento, educação ou com trabalho de formação, muitas vezes dentro de um contexto de subsistência (significando que eles não recebem qualquer tipo de doação ou suporte internacional) (RICHMOND; MITCHELL, 2011). Algumas vezes, como na Bósnia e Herzegovina, eles operam em um registro privado so-

cial ou cultural/político de resistência tática para com o falhanço estatal ou a condicionalidade internacional, ao invés de atuarem em espaços públicos e políticos formais (KAPPLER; RICHMOND, 2011). Quando tais organizações decidem trabalhar desta maneira, mesmo sem um significativo apoio dos doadores, eles se descobrem ser capazes de sobreviver e desenvolver suas próprias abordagens devido ao alcance oculto de suas redes locais. Além disso, isso ilustra o quão essenciais uma ampla variedade de questões, associações e redes para a construção da paz são, no que diz respeito ao alcance estreito dos atores civis visualizados pelo entendimento dos doadores sobre sociedade civil. Em Moçambique, uma ONG está usando instrumentos tradicionais de música em áreas rurais para ensinar às pessoas sobre pluralismo, paz e coexistência. Outra organização, iniciada por uma rede religiosa, tem desenvolvido seu próprio projeto de descomissionamento na área de armas de pequeno porte, o que tem ganhado fama mundial<sup>4</sup>. Na Bósnia, organizações culturais têm criado um espaço político para debates locais sobre o Estado, assim como críticas sobre as políticas locais e estratégias internacionais (KAPPLER; RICHMOND, 2011).

Espaços alternativos para a formação da paz para além do espaço público e cívico ou estatal visualizado por doadores do Norte podem ser vistos no caso da Guatemala, onde a comunidade maioritária de povos maias tem desenvolvido inúmeras formas de preservar suas cultura e identidade e tem se tornado cada vez mais bem-sucedida em encontrar espaços nos quais eles podem sobreviver e coexistir com o Estado moderno e sua elite 'ocupante'. Elas têm crescentemente inserido sua cultura e cosmologia em fóruns locais e internacionais legítimos e têm criado um espaço de paz híbrida dentro de um enquadramento de um Estado democrático (JONAS, 1996; SEDER, 1997; KAY, 1997). Finalmente, eles têm alcançado uma situação onde um encontro entre dois mundos com cosmologias e vidas muito diferentes (local 'tradicional' contra Europeu legal/racional) pode ser determinado não por pelo poder relativo, mas sim por uma paz híbrida.

No Sri Lanka, apesar das circunstâncias muito difíceis para qualquer processo de paz durante o começo dos anos 2000, certas organizações locais têm navegado ao redor das restrições impostas pela violência separa-

<sup>4</sup> O Conselho Cristão de Moçambique é responsável pelo projeto "Transformando Armas em Utensílios" desde 1995.

tista, pelo governo nacionalista e elitista, e chauvinismo étnico e religioso, com habilidades que outros internacionais, como mediadores de países como a Noruega, doadores estrangeiros ou mesmo as Nações Unidas, não têm sido capazes de copiar (FONTE CONFIDENCIAL NÃO-OFICIAL, 2012). Enquanto os últimos têm sido prejudicados por políticas vorazes e paranóicas em nível estatal, organizações locais como o Conselho Nacional de Paz e outros – particularmente nas áreas de direitos humanos e construção da paz – têm conseguido manter seus papéis, sendo eles o de advocacia e responsabilização, apesar das difíceis e inconstantes condições locais. Eles têm operado com uma mistura de apoio internacional e sua própria capacidade e conhecimento, também oferecendo a possibilidade de uma paz híbrida.

Alguns membros da sociedade civil argumentam que eles têm ensinado a comunidade internacional sobre o país, seu povo, sociedade, história, políticas e cultura; e sobre as condições em que o governo opera e como a política se desenvolve. Em particular, eles têm disseminado a ideia de que a paz no Sri Lanka é historicamente baseada na acomodação de grandes diferenças em política e identidade e que o majoritarismo nunca funcionou a longo prazo. Doadores têm compreendido mal tais sutilezas e diplomacia como ineficiência. Alguns doadores esperam os atores locais tomarem uma posição mais firme contra o governo (ou, anteriormente, contra o LTTE), mas isto seria claramente contra-produtivo (sem mencionar perigoso). Tal capacidade local a agência crítica levanta várias questões: como isto se mantém sem uma sanção significativa de nacionalistas ou lobby pró-guerra/ pró-discriminação? Como se engaja com doadores sem sofrer um destino semelhante? Ao estudar e descobrir tais capacidades, como os internacionais asseguram que os atores da formação da paz não são explorados ou expostos a riscos que o trabalho de paz em tais ambientes acarreta?

Tanto no Kosovo como na Bósnia e Herzegovina, após as guerras, e durante o fim dos anos 90 e começo de 2000, atores internacionais estavam, neste ponto, frustrados com as tendências de suas contrapartes locais de obstruir ou ‘desacelerar’ reformas institucionais planejadas para trazer o Estado liberal à tona, especialmente onde se demandava reformas sociais, culturais, econômicas ou mudanças de identidade. O resultado na Bósnia foi um impasse sobre a reforma do Estado enquanto no Kosovo resultou em um Estado contestado (PARISH, 2010).

Na Bósnia, não-cooperação local ao nível da elite política juntamente com os diversos atores internacionais fizeram do desenvolvimento da paz liberal algo muito difícil em um Estado altamente fragmentado. Em resposta, um número de organizações de sociedade civil no terreno, envolvidas com direitos humanos e assuntos de justiça transacional, e projetos culturais, surgiram em uma tentativa de acelerar o progresso. No Kosovo, uma variedade de organizações tinham realizado tal trabalho durante o período Sérvio, e depois da guerra em 1999 surgiu das sombras para, em certo grau, tomar controle do Estado. Ainda que problemático, ambos denotam uma potencial forma híbrida de paz e Estado emergindo por meio de diversas agências locais, algumas das quais contestam interesses, mas muitas também estão trabalhando rumo à paz e à uma melhora na ordem social, econômica e política. Apesar de serem tendencialmente ignoradas pelos internacionais, elas estão presentes e ativas (MONTANARO, 2009, p. 21).

No Timor Leste, desde a independência e depois da operação de manutenção da paz das Nações Unidas, e especialmente depois da recorrência da violência em 2006, atores locais têm sido cruciais na construção de uma paz híbrida que tem dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas. Dois dos mais visíveis exemplos foram o retorno das ‘casas sagradas’ à paisagem e a criação de um sistema de prosperidade social e diversos serviços públicos (MCWILLIAM, 2005). As casas sagradas são centros de vida familiar e social, onde muito da política, arranjos e apoio econômico locais são decididos, e também onde acontecem celebrações e cerimônias para juntar as comunidades, incluindo cerimônias de resolução de conflitos. Seu reaparecimento é indicativo de uma profunda estabilização, onde abordagens internacionais têm falhado. A renda originária do petróleo da Timor Gap e reservas de gás, combinadas a um sentimento no governo de que um dividendo da paz precisa ser distribuído mais diretamente pelo Estado, permitiu à construção da paz almejar ter uma maior relevância no dia-a-dia das pessoas (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2006; PALMER; CARVALHO, 2008).

Nas Ilhas Salomão, dinâmicas similares também podem ser vistas, apesar delas serem menos efetivas por causa da escassez de recursos locais. Entretanto, RAMSI, a missão de construção do Estado australiano lá presente, tem crescentemente reconhecido a importân-

cia destas dinâmicas, assim como suas tensões com um Estado liberal securitário, e uma economia capitalista, emanando de práticas, leis e instituições tradicionais. Há trabalho em andamento de modo a acomodar esses dois enquadramentos políticos de forma a minimizar os problemas que causaram o conflito, relativo às elites predatórias, identidades exclusivas e questões de propriedade (WOODS, 2008).

Muitos dos exemplos acima combinam entendimentos ocidentais, seculares e individualistas de sociedade civil liberal com padrões locais de identidade e organização social que é comunal ao invés de individualizada, e que funciona por gerações ao invés de no curto prazo. A formação de OSCs e ONGs locais é comumente o veículo para esta visibilidade conjunta em qualquer processo de formação da paz. Discute-se muito o fato das ONGs preencherem as brechas quando o Estado, o governo ou atores internacionais não são capazes de ganhar acesso e estabelecer seus programas. Atores da sociedade civil financiados externamente frequentemente não se conectam bem com questões locais por serem guiadas pelas preferências dos doadores e das quais se espera que se substitua um Estado fraco em um ‘agrupamento imperial de ocupação’ (ZANOTTI, 2010, p. 757). Entretanto, muitas ONGs locais conseguem expressar processos de formação da paz local enquanto, simultaneamente, se engajam com doadores internacionais. Essas ONGs operam como formadores da paz pelo simples fato de que elas tentam manter sua autonomia e identidade em uma comunidade específica, focam em necessidades assim como em direitos, mas são capazes de se engajar nacionalmente com o Estado e transnacionalmente com diversos internacionais, onde é necessário afirmar a sua agência. Como Zanotti apontou no contexto do Haiti – assim como em outros lugares do mundo – as raízes locais de tais organizações têm feito delas mais confiáveis localmente. Elas oferecem solidariedade e transferem recursos e conhecimentos para os internacionais e vice-versa, normalmente através de uma diversificada rede de diferentes atores locais e internacionais (ZANOTTI, 2010, p. 762-768). Ademais, elas raramente separam direitos humanos das necessidades econômicas e do papel do Estado, como a construção liberal da paz ou a construção do Estado normalmente fazem. Isto pode descrever as dinâmicas subjacentes da formação da paz em termos gerais.

#### 4 Infraestruturas locais para a paz

O que é interessante sobre ambos os casos em que a agência local surgiu, que demonstrou comprometimento com o processo de paz e a natureza do Estado, é que eles também tentaram formalizar a agência local em instituições governamentais. Uma tendência legal/racional é talvez inevitável em um mundo dividido entre Estados e moderado por organizações internacionais. Isto é outro exemplo de hibridismo emergindo. A adoção de racionalidades de governação por meio de tal arquitetura acontece independentemente do fato da maioria das comunidades ter suas leis e justiça, representações e bem-estar de instituições e processos locais, tradicionais ou de orientação religiosa. O Estado moderno parece ser para elas distante e predatório, assim como os mercados internacionais. As agências de formação da paz aparentemente buscam uma saída nas instituições formais do Estado através dos processos de formação da paz que mudam do oculto para o informal e para o formal. Este pode muito bem ser engendrado pelos recentes surgimentos de infraestruturas de paz locais, talvez até levando à criação de uma Comissão de Paz ou Ministério da Paz (LEDERACH, 1998, p. 49-51). Lederach descreveu a importância destes fenômenos na Nicarágua do final da década de 80 e na África do Sul no começo da década de 90 (LEDERACH, 1998, p. 51).

Até certo ponto, esse processo tem sido reconhecido pelos fóruns políticos. Recentes programas do PNUD em apoio às ‘arquitecturas de paz’ locais são um indicativo de uma percepção do potencial e legitimidade de tais processos. Na visão do PNUD, arquitecturas de paz locais unem organizações de base, conselhos e comitês de paz local com instituições governamentais locais e nacionais (ODENDAAL, 2010). Arquitectura e identidade localizadas estão, portanto ligadas com as racionalidades da administração estatal e a governança global. Apesar dessas relações de poder aparentemente desiguais, elas são dinâmicas, de apropriação local, formal ou informal, e contextual. O PNUD apóia tais desenvolvimentos em casos onde são ausentes, criando novas estruturas para a paz e envolvendo as principais partes interessadas da sociedade (KUMAR, 2011, p. 385). Esse programa é direcionado para uma variedade de questões, criando soluções amplamente inclusivas, conectando atores locais com *peacemakers* externos, e reformando a administração doméstica. Envolve a identificação e, até certo ponto, promoção de conselhos de paz local e traze-los para as estruturas

mais formais do emergente Estado pós-conflito, mas sem prejudicar a legitimidade sutil e informal que essas estruturas mantêm. A paz é, portanto, baseada em processos *bottom-up* que têm o apoio internacional. Assim, uma vez que são derivados do local, eles também são muito eficientes em termos de custos. Tais afirmações parecem ser confirmadas em vários cenários de pós-conflito.

O Ministério para a Paz e Reconciliação recentemente estabelecido nas Ilhas Salomão e em lugares semelhantes como no Timor e Nepal, dentre muito outros, têm-se esforçado para aproximar a sociedade e o Estado tanto em termos de suas relações, mas também em como um reflete o outro. No Timor e nas Ilhas Salomão essa infraestrutura emergente parece representar uma genuína tentativa de localizar o Estado, enquanto que no Nepal o Ministério da Paz tem sido efetivamente assaltado pelos interesses da elite ao invés de representar a sociedade junto ao Estado (Peace Ministry online). Em Gana, conselhos de paz local dos anciãos e ativistas estão se tornando integrados à administração descentralizada formal e um Conselho de Paz Nacional de modo a mediar conflitos em diferentes níveis usando ferramentas locais, enquanto também envolvem o Estado e a comunidade internacional (UNDP Ghana online). O Sudão do Sul estabeleceu um Ministério para a Paz focado em uma implementação alargada dos recentes acordos de paz, assim como utiliza métodos tradicionais, de modo a aumentar a amplitude das partes interessadas no processo de paz, melhorando a participação das comunidades e sociedades civis, permitindo assim uma ampla reconciliação. Isso funciona – pelo menos potencialmente – em parceria com o governo, instituições culturais, organizações religiosas e grupos de jovens e mulheres (UNDP online). Na Bósnia e Herzegovina, diversos grupos de mulheres têm agido como ‘formadores’ da paz de modo semelhante ao que ocorrem no Burundi e outros locais: eles iniciaram discussões locais de paz e tem desenvolvido um bom relacionamento com o governo local e atores no nível estatal (HUNT; CLINTON, 2004; UNESCO, 2003). Onde a paz é governamentalizada como no Nepal ou Sudão do Sul, ou nos outros exemplos mencionados, claramente corre-se o risco de refletir interesses dominantes, mas também oferece algumas possibilidades para sua dissolução.

Na Somalilândia no início dos anos 90, acordos de paz localizada liderados por anciões locais utilizando leis tradicionais, eventualmente resultaram em uma estrutura

constitucional que incluía partidos representativos assim como uma espécie de instância superior tendo como base os clãs. Isso cresceu a partir de difundidas, mas localizadas, conferências de paz e discussões pela Somalilândia instigadas pelos líderes da base, assim como líderes de negócios, de clãs ou políticos. A ausência de apoio externo, dado o não-reconhecimento da Somalilândia, significava que a paz deveria ser local para poder surgir (HAYMAN, 2010, p. 3).

Depois do Acordo de Paz de Lome em Serra Leoa, uma Comissão para a Consolidação da Paz foi criada junto à Comissão Nacional pela Democracia, Direitos Humanos e outras<sup>5</sup>. A Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas também ajudou à coordená-las. Um grupo parlamentar, contendo também membros da sociedade civil também foi estabelecido, para trabalhar em uma ‘infraestrutura nacional de paz’ que tem incluído uma variedade de fóruns, incluindo um fórum de mulheres (VAN TONGEREN, 2011, p. 17).

No Quênia, depois da violência pós-eleição de 2007, um Fórum Aberto foi criado e uma Agenda Cidadã para a Paz foi desenvolvida por indivíduos de todos os setores da sociedade que se juntaram nas semanas imediatamente depois do início dos conflitos. Isso foi parcialmente baseado em um movimento de paz iniciado anteriormente por um grupo de mulheres em 1993 que levou à formação de uma série de comitês de paz. Uma Política Nacional em Construção da Paz e Administração dos Conflitos surgiu em 2009 e Comitês de Paz em todos os distritos foram estabelecidos de acordo com o Acordo Nacional e Ato de Reconciliação de 2008 (VAN TONGEREN, 2011, p. 7). Esse processo atraiu um número de ministérios e níveis de governo e a mídia, e também estava conectado aos processos de paz no nível governamental. Crucialmente, isto foi dirigido e legitimado na sociedade civil e nos níveis bases. (KUMAR, 2011, p. 392).

No Afeganistão foi reconhecido muito cedo, através do *Loya Jirga* e de quadros políticos de baixo nível, que a paz deveria ser alcançada localmente, pelo menos em certo grau. Karzai desenvolveu sua estratégia de ‘grande tenda’ para tentar incluir certos atores difíceis como o Talibã e diversas facções, no Estado em si, no processo

<sup>5</sup> Ver Peace Agreement between the Government of Sierra Leone and the Revolutionary United Front of Sierra Leone, November 1996.

de paz, de modo a poder respeitar a identidade, religião, tradição e sociedade locais. Mas essa tentativa de criar um Estado inclusivo de atores poderosos levou à sua co-opção, pelo menos até um certo nível. Ainda assim, desde a década de 90, os líderes afegãos estavam cientes de abordagens de resolução de conflitos assim como de sua própria tradição dos mecanismos tribais pela resolução de disputas através conselhos de anciões tradicionais. O modelo *Jirga* para debate tem sido estabelecido em níveis locais e distritais através de conselhos de paz e Conselhos de Desenvolvimento Comunitário democraticamente eleitos. Esses são parte do Programa de Solidariedade Nacional executado pelo Ministério de Reabilitação Rural e Desenvolvimento. Suas atividades incluem apoio relativamente ao bem-estar das famílias, administração local e criação de empregos. Eles estão espalhados pelo país, totalizando uns 22.000 conselhos (EU online, World Bank online). Muitos são versados no entendimento ocidental de construção da paz e no papel do Estado assim como na resolução de conflitos dentro da sociedade, mas eles alicerçam-se também em práticas localizadas de paz e desenvolvimento (VAN TONGEREN 2011, p. 22; ver também CAPU ou *National Solidarity Programme*).

De modo encorajador para os que apoiam a construção liberal da paz, atores locais de formação da paz geralmente buscam desenvolver relações com doadores internacionais, eles atraem argumentos próximos à, ou em favor da, democracia, dos direitos humanos, algumas vezes livre comércio, do Estado de Direito, mas também para ‘localizá-los’. Este processo requer exceções e modificações para dar conta de dinâmicas locais contextuais, algumas vezes confrontando normas liberais, algumas vezes aprendendo com as mesmas. Eles desejam inserir suas próprias instituições, normas, identidades e concepções de lei de modo a minimizar e resolver conflitos. A assistência internacional é, portanto, ainda necessário, mas é preciso estar firmada tanto na legitimidade local como nas normas internacionais, significando que deve atravessar um caminho difícil entre as tradições locais e os entendimentos ocidentais ou do Norte relativamente à paz. Entretanto, as formas híbridas de paz que estão surgindo dependem de uma profunda ‘apropriação local’ se pretendem alcançar a legitimidade local e uma paz viável.

Em resumo, processos de formação da paz acontecem em diversas camadas e redes locais, transversais, nacionais e transnacionais. Eles podem ser ocultas, infor-

mais, críticas a e resistentes à diversas desigualdades. Esses são incorporados em enquadramentos sócio-políticos e históricos, ou de estratégias externalizadas para estabilização. Eles representam uma corrente de discurso sócia e agência sobre o que precisa ser abordado e reformado se a paz e a segurança desejam ser alcançadas, desde os seus microcomponentes na vida diária até o nível estatal. Eles mitigam as inseguranças da vida diária ou moldam indiretamente as estruturas e dinâmicas políticas e econômicas, como aconteceu por muitos anos no Chipre ou Timor Leste. Em todos os casos, do Nepal até os movimentos inter-comunitários no Chipre, os anciões tribais da Libéria, Gana ou as redes mais ocultas na Bósnia, esses processos estão preocupados com a segurança, mitigar os desequilíbrios de poder, distribuição de terras e de recursos, identidades pluralistas, ‘boa vizinhança’ e com a justiça social. Em outras palavras, eles abordam um amplo leque de questões com as quais as funções centrais do Estado moderno devem lidar (OECD-DAC, 2007), assim como os acordos de paz patrocinados internacionalmente.

Eles podem apoiar a identidade, mitigar problemas sócio-econômicos e basear-se em entendimentos contextuais de seus específicos ambientes geográficos, político, social, econômico e cultural, como nas Ilhas Salomão, Serra Leoa ou Gana. Eles podem estar ocultos para escapar à sanções ou simplesmente porque observadores operam em um registro diferente, como na maioria dos ambientes não-ocidentais, inclusive na Somália. Eles podem operar mais abertamente, tanto em espaços da sociedade civil quanto tradicionais, como no Afeganistão. Eles frequentemente o fazem adotando as racionalidades do Estado moderno e o vocabulário dos internacionais. Eles se responsabilizam, oferecem transparência, conectam-se com dinâmicas e identidades históricas, identificam suas fraquezas e encorajam os detentores do poder, atores estatais e internacionais a reformá-los. Eles aprendem e ensinam como a ordem pode ser construída simultaneamente.

Eles estão preocupados com um número de diferentes aspectos de um processo de paz. Primeiro, eles alocam a epistemologia ocidental de paz em um enquadramento social e cultural mais amplo, assim como as formas alternativas de práticas políticas e econômicas. Isso tem ocorrido em praticamente todos os casos fora do Norte global, mesmo dentro dos Balcãs e Chipre – ou seja, dentro ‘ocidente’ – tradições locais, assim como ide-

ologias políticas alternativas, têm sido expressadas. Eles podem encontrar formas discretas de atenuar a segurança por meio de acordos locais, como tem sido o caso no Afeganistão ou na Somália. Eles parecem preservar ou melhorar os processos pelos quais recursos econômicos são distribuídos na sociedade, ou como poder político é manipulado, como tem sido observado no Timor Leste ou nas Ilhas Salomão. Eles podem dispor de formas tradicionais, costumeiras ou religiosas de organização política, social ou econômica de modo a confrontar localmente desigualdades de poder ou o que eles consideram ser intervenções externas inapropriadas ou minimizar os efeitos do neoliberalismo. Eles normalmente funcionam em um registro onde o consenso social é o objetivo, ao invés da competição política, focando nas comunidades ao invés de nos indivíduos.

Em diversos casos tais processos têm encontrado formas de juntar-se com as reformas democráticas e o enquadramento do Estado, mesmo onde este tem sido por muito tempo considerado como predatório. Algumas vezes eles funcionam em paralelo ao Estado como no Kosovo antes de 1999, ou no Chipre, mas algumas vezes fazem parte de instituições estatais-sociais como conselhos ou ministérios, como no Nepal ou Gana. Tais processos normalmente dependem de assistência externa, mas não sempre. Eles chamam a atenção de elites tradicionais e estrangeiras para a presença de diferentes mundos de vida, ideologias políticas, e necessidades humanas. Eles representam uma agência que tem surpreendido muitos observadores; isso talvez seja parte do motivo pelo qual o conceito de ‘resiliência’ (OCHA, 2011, p.5) emergiu recentemente. Em última análise, eles se esforçam para expor as raízes do conflito e cada vez mais para terem um papel na administração local, estatal e global.

Esses processos podem permanecer separados dos processos de paz de mais alto nível ou podem gradualmente se conectar a eles. As Organizações da Sociedade Civil, as ONGs locais, movimentos trabalhistas, políticos, religiosos ou outros podem, contudo, aderir a processos de paz, comitês, conselhos e instituições mais formais, assim como conselhos de paz locais, e eventualmente à instituições ou mesmo ministérios do Estado, como no Timor, Nepal, Quênia ou Gana. O desenvolvimento dessas abordagens mais formalizadas podem ser apoiadas externamente como no trabalho do PNUD com comitês de paz e ministérios, mas frequentemente tais

assistências externas apoiam-se em discursos e práticas sociais locais já existentes. Gradualmente, elas formam uma arquitetura institucional que alcança desde o local até o global. Eles estão, comumente, ligados local e internacionalmente. Eles representam, geralmente com uma relação custo-benefício alta, agências locais que são bem versadas (embora muitas vezes frustradas) em virtude de suas proximidades em oporem as forças de violência e depredação, e também em lidarem com uma variedade de fatores contextuais que moldam a política local. Quando se juntam aos processos de paz e são apoiadas por uma variedade de atores internacionais, eles oferecem a possibilidade de formas de legitimação local e internacional e de uma paz mais sustentável.

Não se trata de romantizar tais agências e organizações locais. Entretanto, para ser claro, a formação de paz é direcionada à paz e não à violência ou interesse próprio; ela opera a partir da posição mais marginalizada em termos de relações de poder, recursos materiais e status. Ainda assim, parece representar uma forma significativa em termos de agência e legitimidade local, onde tanto a autonomia política quanto o entendimento contextual de autoridade e justiça estão envolvidas em qualquer mobilização política ou processo de construção institucional. A formação da paz pode permanecer marginal aos processos políticos porque não se conforma com objetivos nacionalistas, como no Chipre, pode ser co-optado pelo Estado, como no Nepal, pode parcialmente participar na preservação de tradições existentes e predatórias ou hierarquias religiosas como no Afeganistão ou Serra Leoa, mas também representa uma agência social e política significativa, mais aberta à reformas, e no contexto de qualquer entendimento baseado em direitos ou representativo de uma paz (liberal), ela não pode ser ignorada. De fato, a agência que representa tem se tornado criadora de paz e do Estado em muitos casos nos últimos 20 anos.

## 5 Conclusão

Compreender essas dinâmicas, como Chambers (1983, p. 84) argumenta em outro contexto, envolve ‘colocar o último em primeiro’, uma inversão parcial, e certamente um refinamento do conhecimento ocidental sobre a paz. Isso envolve o poder (estatal ou internacional) exercendo-se para formas de paz determinadas pelas agências locais, críticas e subalternas, cujo objetivo é a

formação de uma paz contextual baseando-se em normas internacionais onde for possível. Também tem de haver um engajamento e inclusão de alternativas e uma reflexão de como as racionalidades do Estado podem representá-los ao invés de meramente cooptá-los. Nos casos discutidos acima, essas agências de formação da paz tem começado a serem integradas ao Estado, e o Estado deveria, como resultado, tornar-se mais plenamente representativo de todos os grupos de identidades locais na sociedade. Essa combinação de aspectos formais e informais da paz e governança é agora percebida como essencial para uma forma sustentável de paz. Entretanto, porque processos de formação da paz são exemplos de agência crítica, eles mantêm também mantêm certa autonomia e, por isso, fazem uma espécie de jogo duplo. Isso é para evitar perder sua legitimidade local e para evitar que sua agência seja prejudicada ao se tornar cúmplice com Estado ou com prescrições internacionais que são imaginadas como contextualmente impróprias.

Essas agendas são parecidas com aquelas há muito propostas por acadêmicos e burocratas, mais recentemente no Acordo de Busan e pelo G7+, que é uma organização dos chamados Estados frágeis, o 'clube que todos querem abandonar', incluindo Timor Leste, Somália, Serra Leoa e outros 15 (BUSAN PARTNERSHIP, 2011; WYETH, 2011, p. 11). O recente Acordo de Busan sobre a construção da paz foi influenciado por esse grupo de lobby, cujo interesse em alcançar os Objetivos do Milênio, por exemplo, é muito mais direto do que o de diversos doadores, para quem a pobreza e o conflito são problemas distantes. Tais desenvolvimentos têm trazido à tona a noção de que as sociedades e suas elites constroem a paz e os Estados, não apenas os doadores ou elites estatais. Como resultado, a paz que emerge deve ser moldada e baseada localmente se pretende-se que ela seja legítima. Isso significa que qualquer paz e processo para criá-la, e qualquer Estado resultante ou conjuntos de instituições, leis, direitos e necessidades, terão um caráter híbrido.

Dado a natureza difundida desses fenômenos de formação de paz em vários ambientes pós-conflitos pelo mundo, e o interesse de atores das sociedades civis e governamentais em tornar os comitês informais de paz local em instituições estatais, desde o Quênia até o Gana, para o Nepal e Timor-Leste, pode ser que isso represente um fenômeno de convergência entre o Estado ocidental, legal-racional, e os processos histórico-sociais e locais de

construção da paz. A Figura 2 tenta resumir o impacto de tais desenvolvimentos na natureza da paz de modo geral em ambientes de pós-conflito. Ela salienta o quão comum são essas dinâmicas, com que frequência elas são conectadas aos esforços do Estado e da comunidade internacional, e as variações que isto causa através de contextos em termos de desenho do Estado e da natureza da paz.

Essas dinâmicas endossam o objetivo comum dos atores do Estado e da sociedade civil em criar um sistema que assegure a paz como a *raison d'être* do Estado e do processo político. Por um lado, isso representa a tradução de aspirações locais para paz, segurança, desenvolvimento e identidade para dentro do Estado, enquanto que por outro lado, isso representa a tradução do Estado em uma organização política mais localizada, menos formal, menos legal-racional, e mais contextual. Esse fenômeno recente pode indicar o surgimento de uma paz pós-liberal dependente de formas locais de práticas de paz assim como da capacidade e habilitação internacionais. A emergência de uma forma híbrida de paz como essa é difícil, mas parte necessária de qualquer nova agenda para paz. Claramente, há muito mais questões a serem feitas e respondidas sobre esses processos, mas a recente virada para um melhor entendimento acerca da intervenção internacional e local, a abertura da agência crítica, e o reconhecimento do hibridismo de qualquer paz ou Estado, tem oferecido um avanço significativo relativamente às antigas e monolíticas narrativas de paz, segurança e Estado.

## Referências

- APPADURAI, Arjun. *Modernity at large*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- AZAR, E. A. *The management of protracted social conflict*. Hampshire: Dartmouth Publishing, 1990.
- BEOGE, Volker. Legitimacy in hybrid political orders – an underestimated dimension of peacebuilding and state formation. In: CONFERENCE PAPER PRESENTED AT THE EUROPEAN CONSORTIUM OF POLITICAL RESEARCH CONFERENCE, 10-12 september 2009, Potsdam.
- BOEGE, V.; BROWN, A.; CLEMENTS, K.; NOLAN, A. States emerging from hybrid political orders: pacific experiences. *Occasional Papers Series*, 2008. Disponível em: [http://espace.library.uq.edu.au/eserv/UQ:164904/Occasional\\_Paper\\_No\\_11\\_\\_Online\\_final.pdf](http://espace.library.uq.edu.au/eserv/UQ:164904/Occasional_Paper_No_11__Online_final.pdf). Acesso em abril de 2013.

- BOULDING, E. *Cultures of peace*. New York: Syracuse University Press, 2000.
- BOULDING, K. Future Directions in Conflict and Peace Studies. *Journal of Conflict Resolution*, v. 22, n.2, p. 342-354, 1978.
- BRIGG, M. *Conflict: difference and resolution*. London: Palgrave, 2008.
- BRIGGS, J.; SHARP, J. Indigenous Knowledge and development: a postcolonial caution. United Kingdom: *Third World Quarterly*, v. 25, n. 4, p. 661-676, 2006.
- BROOME, Maria Hadjipavlou B. The cyprus conflict: root causes and implications for peacebuilding. *Journal of Peace Research*, Oslo, v. 44, p. 349-365, 2007.
- BURTON, J.; AZAR E.A. *International conflict resolution: theory and practice*. United Kingdom: Wheatsheaf Books, 1990.
- BUSAN PARTNERSHIP AGREEMENT. *Busan partnership for effective development co-operation, fourth high level forum on aid effectiveness*, 2011. Disponível em: <http://www.oecd.org/dac/effectiveness/49650173.pdf>. Acesso em: março de 2013.
- CAPU. *Delivering the Impact of Peacebuilding*, policy paper by CPAU. Disponível em: <http://www.cpau.org.af/docs/Peacebuilding%20Policy%20Paper%20Final%2013-10-09.pdf>. Acesso em: 5 maio de 2013.
- CHAMBERS, R. *Rural development: putting the last first*. London: Longman, 1983.
- CONFIDENTIAL UNOFFICIAL SOURCE. *Personal interview*, 2012.
- CONSTANTINO, C. Aporias of Identity: Bicomunalism, Hybridity and the 'Cyprus Problem', *Cooperation and Conflict*, Sweden: v. 42, n. 3, p. 247-270, 2007.
- CURLE, A. *Making peace*. London: Tavistock, 1971.
- DEVELOPMENT STUDIES PROGRAMME. *Community Organisation in the West Bank: opportunities and obstacles in civil society*, Palestine: Birzeit University, 2004.
- FONTAN, V. *Decolonising Peace*, (mimeo), 2012.
- FOUCAULT, Michel. Governmentality. In: BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter (Ed.). *The foucault effect: studies in governmentality*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HADJIPAVLOU, M. *Women and change in cyprus: feminisms and gender in conflict*. London: IB Tauris, 2010.
- HAYMAN, C. *Ripples into Waves: Locally Led Peacebuilding on a National Scale*, 2010. Disponível em: <http://www.quno.org/geneva/pdf/disarmament-peace/Ripples%20into%20Waves%20concept%20paper.pdf>. Acesso em: fev. 2013.
- HUNT, S.; CLINTON, W. *This was not our war: bosnian women reclaiming the peace*. Durham: Duke University Press Books, 2004.
- IMF. *Poverty Reduction Strategy Papers (PRSP)*.2012. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/exr/facts/prsp.htm>. Acesso em: 11 jul. 2012.
- JOHNSON, P. Local vs. National Peacebuilding: The Richness of Somali Peacemaking. 2010. Disponível em: [www.prio.no/peaceethics/Peace-Discussions](http://www.prio.no/peaceethics/Peace-Discussions). Acesso em: 12 jul. 2012.
- JONAS, S. *Of centaurs and doves: Guatemala's Peace Process*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1996.
- KAPPLER, S.; RICHMOND, O. Peacebuilding in Bosnia: resistance or emancipation?. *Security Dialogue*, Oslo, v. 42, n. 3, p. 261-278, 2011.
- KELMAN, H.C. The problem-solving workshop in conflict resolution. In: MERRITT, R.L. (Ed.). *Communication in international politics*, Urbana: University of Illinois Press, 1972.
- KEMP, G; FRY, D. *Keeping the Peace: peaceful societies around the world*. London: Routledge, 2004.
- KUMAR, C. Building National 'Infrastructures for Peace': UN Assistance for Internally Negotiated Solutions to Violent Conflict. In: BARTOLI, A. et al. *Peacemaking: from practice to theory*. Santa Barbara: Praeger, 2011.
- LACAYO PARAJON, F; LOURENCO, M.; ADAMS, D. The Unesco culture of peace programme in El Salvador: an initial report. *International Journal of Peace Studies*, v.1, n. 2, p.1-20, 1996.
- LATOURE, B. *Reassembling the social*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- LEDERACH, J. P. *Building Peace: sustainable reconciliation in divided societies*. Washington: U.S. Institute of Peace, 1998.
- LEDERACH, J. P. *Preparing for peace: conflict transformation across cultures*. New York: Syracuse University Press, 1995.

MAC GINTY, R. Indigenous peace-making versus the liberal peace. *Cooperation and Conflict*, Sweden, v. 43, n. 2, p. 139-163, 2008.

MASSEY, Doreen. *Space, place and gender*. Minneapolis: Minneapolis University Press, 1994.

MCWILLIAM, A. Houses of resistance in East Timor: structuring of sociality in the New National. *Anthropological Forum*, London, United Kingdom, v. 15, n. 1, p. 27-44, 2005.

MONTANARO, L. The Kosovo statebuilding Conundrum: addressing fragility in a Contested State. *FRIDE Working Paper*, Madrid, Spain, n. 91, p. 1-22, 2009.

NANGOLOH, P. The Role of Civil Society in the Socio-Economic Development of a Country, *Conference on Multipartyism and its Role in Democratization and Development*, organized by Forum for the Future, Council of Churches in Namibia (CCN) Hall, Katutura, Windhoek, February 15-17, 2010.

NATIONAL Solidarity Programme: Disponível em: <<http://www.nspafghanistan.org>>. Acesso em: fev. 2013.

NEPAL. Ministry for Peace and Reconstruction. Government of Nepal Disponível em: <[www.peace.gov.np](http://www.peace.gov.np)>. Acesso em: mar. 2013

OCHA. *Occasional Policy Briefing Series Brief No. 7: peacebuilding and linkages with humanitarian action: key emerging trends and Challenges*, 2011. Disponível em: <https://docs.unocha.org/sites/dms/Documents/Occasional%20paper%20Peacebuilding.pdf> . Acesso em: fev. 2013.

ODENDAAL, A. An architecture for building peace at The local level: a comparative study of local peace Committees. *UNDP Discussion Paper*, 2010. Disponível em: [http://www.un.org/en/land-natural-resources-conflict/pdfs/UNDP\\_Local%20Peace%20Committees\\_2011.pdf](http://www.un.org/en/land-natural-resources-conflict/pdfs/UNDP_Local%20Peace%20Committees_2011.pdf). Acesso em: abr. 2013.

OECD-DAC. *Principles for Good International Engagement in Fragile States and Situations*, 2007. Disponível em: <http://www.oecd.org/dac/incaf/38368714.pdf>. Acesso em: fev. 2013.

PAFFENHOLZ, T.; SPURK, C. Civil society, civic engagement, and peacebuilding. *Social Development Papers*, Washington, n. 36, p. 1-46, Oct. 2006.

PALMER, L.; CARVALHO, D. do Amaral de . Nation building and resource management: the politics of nature in Timor Leste. *Geoforum*, n. 39, p.1321-1332, 2008.

PARISH, M. Paradigms of state-building: comparing Bosnia and Kosovo. *Journal of Eurasian Law*, Huntington, NY, USA, v. 3, n. 3, 2010. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1680226>

POULIGNY, B. *Peace operations seen from Below*. London: Hurst, 2006.

RICHMOND, Oliver P. *A post-liberal peace*, London: Palgrave, 2011.

RICHMOND, Oliver P. Failed statebuilding versus peace formation. *Cooperation and Conflict*, London, United Kingdom, v. 48, n.3, p. 378-400, 2013

RICHMOND, Oliver P. Critical Agency, Resistance, and a Post-Colonial Civil Society. *Cooperation and Conflict*, London, United Kingdom, v. 46, n. 4, p. 419-440, Dec. 2011.

RICHMOND, Oliver P. Eirenism and a Post-Liberal Peace. *Review of International Studies*, Cambridge, United Kingdom, v. 35, n. 3, p. 557-580, 2009.

RICHMOND, Oliver P. Resistance and the Post-Liberal Peace. *Millennium*, London, United Kingdom, v. 38, n. 3, p. 1-28, 2010.

RICHMOND, Oliver P.; MITCHELL, A. Peacebuilding and Critical Forms of Agency: From Resistance to Subsistence. *Alternatives*, Chicago, Illinois, USA, v. 37, n. 1, p. 326-344, 2011.

RICHMOND, Oliver P; FRANKS, J. *Liberal peace transitions*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009.

ROBERTS, A.; ASH, T. Introduction. *Civil resistance and power politics*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

SEDER, R. *Reframing citizenship: indigenous rights, local power and the peace process in Guatemala*, Accord, 1997. Disponível em: <<http://www.c-r.org/accord-article/reframing-citizenship-indigenous-rights-local-power-and-peace-process-guatemala>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

SHINODA, H. The Difficulty and Importance of Local Ownership and Capacity Development in Peacebuilding. *Hiroshima Peace Science*, Hiroshima, n. 30, p. 95-115, 2008.

SIDA. Civil Society and Democracy in Cambodia. Changing roles and trends”, *The Fifth Report of the Sida Advisory Team on Democratic Governance*, 2003. Disponível em: <[www.pnyx.se/docs/CambodiaI.pdf](http://www.pnyx.se/docs/CambodiaI.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2012.

SMITH, L.T. *Decolonizing methodologies: research and Indigenous peoples*. London: Zed Books, 1999.

- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the Subaltern Speak?. In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. (Ed.). *Marxism and the Interpretation of Culture*. Basingstoke: Macmillan, 1988.
- STRANGE, Susan. *States and markets*. London: Pinter Publishers, 1988.
- TADJBAKHS, S. Liberal peace and the dialogue of the deaf in Afghanistan". In: TADJBAKHS, S. (Ed.) *Rethinking the liberal peace: external models and local alternatives*. Milton Park: Routledge, 2011.
- TILLY, C. *Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- TILLY, C. *The formation of national states in western Europe*. New Jersey: Princeton University Press, 1975.
- TILLY, C. *War making and state making as organized crime*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- UN Secretary General .Peacebuilding in the Immediate Aftermath of Conflict', 2009. Disponível em: [http://www.unrol.org/files/pbf\\_090611\\_sg.pdf](http://www.unrol.org/files/pbf_090611_sg.pdf). Acesso em março de 2013.
- UN SECRETARY GENERAL REPORT. Report of the Secretary-General on enhancing mediation and its support activities, 2009. Disponível em: [http://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/SGReport\\_EnhancingMediation\\_S2009189%28english%29.pdf](http://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/SGReport_EnhancingMediation_S2009189%28english%29.pdf). Acesso em março de 2013
- UNESCO. *Women and peace in Africa*. Paris: UNESCO, 2003.
- UNIÃO EUROPEIA. Development and Cooperation. Disponível em: [http://ec.europa.eu/europeaid/where/asia/country-cooperation/afghanistan/afghanistan\\_en.htm](http://ec.europa.eu/europeaid/where/asia/country-cooperation/afghanistan/afghanistan_en.htm). Acesso em: 11 jul. 2012.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT ASSISTANCE FRAMEWORK, Timor Leste: UNDAF, 2013.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME GHANA. *National Peace Council: A Peace Architecture for Ghana*. Disponível em: <http://www.undpgha.org/mainpages.php?page=national%20peace%20council>. Acesso em: fev. 2013
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME SUDAN Community Security and Arms Control in Southern Sudan. Disponível em: [http://www.sd.undp.org/projects/s\\_cp2.htm](http://www.sd.undp.org/projects/s_cp2.htm). Acesso em: fev. 2013
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Civil Society Index: Mozambique 2007*. Moçambique: UNDP, 2008.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Governance and peace*. New York: UNDP, 2012.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. Human development report. Timor Leste, 2006. Disponível em: [http://hdr.undp.org/en/reports/national/asiathepacific/timorleste/TIMOR\\_LESTE\\_2006\\_en.pdf](http://hdr.undp.org/en/reports/national/asiathepacific/timorleste/TIMOR_LESTE_2006_en.pdf). Acesso em: abril de 2013.
- VAN TONGEREN, P. *Overview on Infrastructures for Peace*, 2011. Disponível em: [www.parliamentariansforconflictprevention.net](http://www.parliamentariansforconflictprevention.net). Acesso em: 11 jul. 2012.
- VAN TONGEREN, P. *Personal Interview*, June, 2012.
- WARREN, K. The Indigenous Role in Guatemalan Peace, *Cultural Survival*, 1997. Disponível em: <http://www.culturalsurvival.org/ourpublications/csqa/article/the-indigenous-role-guatemalan-peace>. Acesso em: 12 jul. 2012.
- WOODS, T. Informal Political System of Government in Solomon Islands. WORKING PAPER FOR THE CONSTITUTIONAL CONGRESS AND THE EMINENT PERSONS ADVISORY COMMITTEE, Honiara, 2008.
- WORLD BANK. *Afghanistan Reconstruction Trust Fund (ARTF)*. Disponível em: <http://web.worldbank.org/>. Acesso em:
- WORLD BANK. *Development report 2011*. Washington: World Bank, 2011.
- WORLD BANK. *The state in a changing world*. Washington: World Bank, 1997.
- WYETH, V. Knights in fragile armour: the rise of the G7+. *Global Governance*, Boulder, Colorado, USA, v. 18, n.1, p.7-12, 2012.
- ZANOTTI, L. Cacophonies of Aid: failed statebuilding and NGOs in Haiti. *Third World Quarterly*, London, United Kingdom, v. 31, n. 5, p. 755-771, 2010.

**Para publicar na revista  
Universitas Relações Internacionais,  
entre no endereço eletrônico [www.publicacoesacademicas.uniceub.br](http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br).  
Observe as normas de publicação, facilitando e agilizando o trabalho de edição.**